

---

## **Genocídio da população negra: A cobertura jornalística sobre o assassinato de Ághata Felix no Jornal Extra e no Alma Preta Jornalismo<sup>1</sup>**

Vanessa Almeida da SILVA<sup>2</sup>

Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ)

### **Resumo**

Em um contexto em que pessoas negras são mortas diariamente e sistematicamente, por meio de grandes violências gratuitas ou das violências cotidianas, é preciso refletir sobre o papel exercido pela mídia em relação ao assunto. Este artigo é fruto de uma pesquisa sobre a cobertura do assassinato de Ághata Felix, uma menina negra de oito anos, morta na comunidade Fazendinha, no Complexo do Alemão, Rio de Janeiro, realizada por um veículo da mídia hegemônica - o Jornal Extra e por um veículo da mídia contra-hegemônica - o Alma Preta Jornalismo, ambos em suas versões digitais. Para buscar explicações e tentar entender como é possível uma criança negra ser morta no colo de sua mãe, quando tentava voltar para casa, contextualiza-se essa realidade por meio dos conceitos de raça e racismo. Reflete-se ainda sobre o conceito de hegemonia a partir do pensamento de Gramsci, considerando que ela é algo que está em constante disputa, não sendo fixa e pré-estabelecida e necessitando inclusive de instituições que a sustentem. Entre essas instituições está a mídia, nesse caso a que é alinhada aos interesses da hegemonia, a chamada mídia hegemônica. Por outro lado, na tentativa de construir novos discursos está a mídia contra-hegemônica. Esta, segundo Moraes (2013) é a que está alinhada aos temas dos movimentos sociais. Utiliza-se Muniz Sodré (2017) para localizar a comunicação como uma ciência e como construtora do que conhecemos como o Comum. Os conceitos de necropolítica de Mbembe (2018) e de biopolítica de Foucault (2008) foram utilizados para buscar entender a política de morte à qual o povo negro vem sendo submetido ao longo da história mundial.

### **Palavras-chave**

Necropolítica; Mídias hegemônicas; Mídias contra-hegemônicas.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Comunicação Antirracista e Pensamento Afrodiaspórico, evento do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação realizado de 4 a 8 de setembro de 2023.

<sup>2</sup> Mestre em Relações Étnico-Raciais pelo Programa De Pós-Graduação Em Relações Étnico-Raciais (PPRER) - Cefet/RJ, email: [vanessa.almeidadasilva@gmail.com](mailto:vanessa.almeidadasilva@gmail.com).

## **Introdução**

Esse artigo é resultado de uma pesquisa de dissertação de mestrado que buscou analisar como a mídia hegemônica noticia e qual narrativa é contruída por ela acerca da necropolítica e do genocídio da população negra, estabelecendo como contraponto a mídia contra-hegemônica. Para isso, foi escolhido o caso do assassinato de Agatha Félix, menina de oito anos, assassinada pela Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, em 20 de setembro de 2019. Por meio do estudo comparei as coberturas realizadas por dois veículos, o jornal Extra e o Alma Preta Jornalismo, ambos em versões digitais. Este como representante da mídia contra-hegemônica e aquele como representante da mídia hegemônica. Foram analisadas dez reportagens do jornal Extra e quatro do Alma Preta Jornalismo, no período de 21 a 28 de setembro de 2019. Estabelecer um contraponto entre a mídia tradicional e a contra-hegemônica se fez necessário em um cenário em que a grande mídia é uma das instituições construtoras de um discurso que sempre localizou o negro como o inimigo.

A metodologia utilizada foi o Estudo das Narrativas, em particular das narrativas jornalísticas. Para estabelecer uma comparação entre a cobertura realizada no assassinato de Ághata e em uma maior escala, sobre o genocídio da população negra, o artigo apresenta conceituações dos dois termos. Os elementos que compõem a narrativa jornalística foram utilizados para responder à questão: Como as mídias hegemônica e contra-hegemônica tratam a temática da necropolítica em suas coberturas jornalísticas?

Para estabelecer a relação entre os discursos construídos pelos dois veículos, tendo eles realidades e projetos editoriais tão distintos, utilizo os conceitos de raça, racismo, genocídio do povo negro e necropolítica, assuntos intimamente ligados uns aos outros. A intenção neste artigo é estabelecer um nexos entre esses conceitos e a morte de Ágatha Felix. Entender, ou ao menos tentar entender, como o sistema social em que vivemos permite que uma menina de oito anos seja assassinada no colo de sua mãe ao tentar voltar para casa. Como esse tipo de ação ainda acontece e como chegamos até aqui.

## **As discussões e imbricações entre Raça, Racismo e necropolítica**

Entre os principais conceitos que guiam esse artigo estão os de raça, racismo, genocídio do povo negro e necropolítica. Atualmente, há um consenso no sentido de que

diferentes autores acreditam que a raça é uma construção social e discursiva, uma espécie de ficção, já que não existe no campo biológico. Raça é assim um conceito social, um discurso construído. Contemporaneamente, Stuart Hall e Nilma Lino Gomes estão entre os autores que explicam a definição de raça social. Para Hall, as diferenças biológicas em uma população considerada da mesma raça são tão grandes quanto aquelas encontradas em populações racialmente diferentes, sendo assim, não faz sentido uma ideia de raça baseada na natureza. Raça é, para Hall, uma construção política, social e discursiva. É em torno dela que se organiza e se sustenta o racismo – “[...] um sistema de poder socioeconômico, de exploração e exclusão [...]” (Hall, 2003, p. 69).

Já Nilma Lino Gomes acredita que “[...] as raças são, na realidade, construções sociais, políticas e culturais produzidas nas relações sociais e de poder ao longo do processo histórico.” (Gomes, 2017, p. 49). Para Gomes, é no contexto da cultura que aprendemos o que é raça. Enxergamos brancos e negros como diferentes de acordo com a forma com que somos educados e socializados. É a partir dessa formação que naturalizamos e classificamos as diferenças e aprendemos a hierarquizar essas diferenças. A ideia do negro foi também construída, baseada basicamente na imagem do branco.

Apesar de a raça ser uma construção social e não haver mais justificativas que a sustentem enquanto conceito biológico, e até chamarmos a ideia de raça de ficção, o racismo é real. Ele é um sistema discursivo, que no caso do Brasil, é baseado sobretudo na herança escravocrata cravada no cerne da formação do país enquanto nação. Nilma Lino Gomes (2017) acredita que o racismo possui duas vertentes: ele é, por um lado, um comportamento ou uma ação resultante da aversão, muitas vezes, do ódio, em relação a pessoas que têm seu pertencimento racial observável por meio de sinais fenotípicos como cor da pele, tipo de cabelo, etc. Por outro lado, ele é um conjunto de ideias e imagens referentes aos grupos humanos que acreditam na existência de raças superiores e inferiores. Segundo Kabengele Munanga (2010), no Brasil o racismo é “um crime perfeito”, pois ele existe sem que haja racistas, já que ninguém se considera como tal.

Já a necropolítica é um conceito desenvolvido pelo filósofo e historiador camaronês Achille Mbembe. Foi criado por ele acreditar que na modernidade, a ideia de biopolítica e de biopoder, criadas por Michel Foucault não mais dão conta do poder da morte sobre a vida. Na conclusão do ensaio intitulado *Necropolítica* (2018), Mbembe afirma:

---

Neste ensaio, propus que as formas contemporâneas que subjagam a vida ao poder da morte (necropolítica) reconfiguram profundamente as relações entre resistência, sacrifício e terror. Tentei demonstrar que a noção de biopoder é insuficiente para dar conta das formas contemporâneas de submissão da vida ao poder da morte. (MBEMBE, 2018, p. 71).

Mbembe vai além na concepção de Foucault de biopoder e estabelece uma relação entre biopoder e soberania. Essa relação é estabelecida por Mbembe na medida em que a soberania é o que define quem importa e quem não importa, quem é matável e quem não é. Ela é o poder de fabricar pessoas que “[...] vivem no limite da vida, ou no limite externo da vida – pessoas para quem viver é um constante acerto de contas com a morte [...]”. (Mbembe, 2020, p. 68). O autor propõe um deslocamento do debate sobre a biopolítica e o biopoder centrado a partir da perspectiva europeia. Necropolítica é um conceito pensado a partir das ocupações coloniais e neocoloniais - Mbembe pensa principalmente a partir da ocupação tardia da Palestina. Ela é basicamente o poder de decisão sobre quem deve viver e quem deve morrer, relacionada pelo autor com a ideia de soberania. “Ser soberano é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder”. (Mbembe, 2018, p. 5).

### **Genocídio da população negra e violência policial**

O genocídio da população negra tem sido tema recorrente nas discussões e reflexões sobre a situação de precariedade a qual os negros estão e são sujeitos por todo o mundo. Engana-se quem acredita que a situação seja um tema atual ou tão pouco uma novidade entre as discussões do movimento negro. Abdias Nascimento já discutia o tema em 1978. No livro *O genocídio do negro brasileiro – processo de um racismo mascarado* o ator, poeta, escritor, dramaturgo, artista plástico, professor universitário, político, ativista e ex-deputado federal discorre sobre algumas das práticas que caracterizaram o genocídio. Para o autor, a exploração sexual da mulher africana, o mito do africano livre e o branqueamento da raça negra foram algumas das estratégias utilizadas durante o colonialismo para exterminar a raça negra.

Nascimento (1978) traz em sua pesquisa que o número de mulheres em relação ao de homens africanos na época colonial era desproporcional, e além disso, muitas eram impedidas de constituir um núcleo familiar com homens africanos. Sobrava a elas muitas vezes o papel de prostitutas exploradas sexualmente pelos senhores de escravos como meio de renda, ou simplesmente para satisfazer os desejos sexuais de seus senhores. Dessa

---

forma, a não continuação de família é considerada por Nascimento como uma maneira de genocídio da raça, pela impossibilidade de se pensar em um futuro.

O mito do africano livre consistia em jogar à própria sorte os escravizados que já não eram úteis ao sistema de exploração. Os doentes, idosos e mutilados eram simplesmente jogados na rua, sem nenhum tipo de assistência e eram então considerados livres. Nascimento estabelece um paralelo entre essas práticas e a forma como foi conduzida a abolição da escravidão, que segundo ele “[...] exonerou de responsabilidades os senhores, o estado, e a Igreja. Tudo cessou, extinguiu-se todo o humanismo, qualquer gesto de solidariedade ou de justiça social: o africano e seus descendentes que sobrevivessem como pudessem.” (Nascimento, 1978, p. 65).

Da mesma forma, o branqueamento da raça é visto pelo autor como uma forma de extermínio em massa da população negra. O estupro das mulheres negras era, segundo o autor, uma forma de construir a nova casta racial no Brasil, os “produtos de sangue misto” (Nascimento, 1978, p. 69) – mulatos, pardos, morenos, entre outras designações. O mulato é o primeiro passo para o projeto de embranquecimento do país, apoiado inicialmente na violação da mulher negra, atitude que era vista como normal. Os que acreditavam no embranquecimento previam que a raça negra não existiria mais no Brasil. Era tudo uma questão de tempo.

Na atualidade, Dylan Rodriguez (2017) discute o genocídio racial e racial-colonial. Assim como a concepção de biopolítica de Foucault não mais dá conta do que vivemos na atualidade a respeito da política de morte, as definições formais de genocídio não são capazes de refletir o que acontece atualmente. A concepção formal de genocídio que o tornou um aparato institucionalizado passa por dois entendimentos: o regime acadêmico e o regime jurídico (amparado pela Convenção de Genocídio das Nações Unidas - 1948). O discurso hegemônico acadêmico sobre o genocídio é dominado pelo campo dos Estudos sobre o Genocídio (Genocide Studies), criado na década de 1980. Tem sido caracterizado pelo estabelecimento do Holocausto na Alemanha nazista como o ponto de referência histórico e conceitual paradigmático para o conceito. É como se não houvesse existido genocídio antes disso, esquecendo, ou não considerando como tal, os genocídios cometidos por brancos sobre negros e indígenas nos períodos coloniais, tanto na África como no considerado Novo Mundo.

---

O que Rodriguez propõe é uma definição específica do genocídio racial e racial-colonial, que é o que estrutura toda a forma de hierarquização que separa os escolhidos e os não-escolhidos. Citando Fanon, o autor nos leva a refletir que estar sujeito ao terror, à caça e ao extermínio é a condição social presente na vida negra em formações sociais ocidentais modernas. Trazendo para a atualidade, podemos considerar que Rodriguez tem razão ao considerar o genocídio como um fim em si mesmo, pois qual seria a explicação para o que acontece com a juventude negra no Brasil atualmente?

Segundo dados do Atlas da violência 2020, produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2018,

[...] os negros (soma de pretos e pardos, segundo classificação do IBGE) representaram 75,7% das vítimas de homicídios, com uma taxa de homicídios por 100 mil habitantes de 37,8. Comparativamente, entre os não negros (soma de brancos, amarelos e indígenas) a taxa foi de 13,9, o que significa que, para cada indivíduo não negro morto em 2018, 2,7 negros foram mortos. Da mesma forma, as mulheres negras representaram 68% do total das mulheres assassinadas no Brasil, com uma taxa de mortalidade por 100 mil habitantes de 5,2, quase o dobro quando comparada à das mulheres não negras. (CERQUEIRA; BUENO, 2020, p. 47).

A situação de extermínio se repete quando nos debruçamos na realidade das crianças negras. Estudo publicado pelo Instituto Sou da Paz revela que em 2019, nos casos de mortes causadas por agressão em crianças e adolescentes de até 14 anos, o número de crianças negras mortas por armas de fogo é quase duas vezes superior ao número de não negras: “[...] 61% das vítimas negras até 14 anos foram mortas por arma de fogo enquanto entre as não negras essa proporção foi de 31%.” (Crianças..., 2021, n. p.).

No contexto de práticas genocidas na atualidade contra o povo negro, a polícia, principalmente a militar, tem uma rotina de violência gratuita e brutalidade quando as ações são contra pessoas negras. Além disso, atua de forma diferente em relação a negros e não negros. No Brasil, a realidade das ações policiais não é nada diferente. Dados do ISP/RJ (Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro) de 2020 mostram que nos cinco primeiros meses do ano 741 pessoas morreram pelas mãos de agentes do Estado<sup>3</sup>. Representantes da lei mataram quase 5 pessoas por dia no Rio de Janeiro. Em matéria

---

<sup>3</sup> RODRIGUES, Matheus. RJ tem maior número de mortes por policiais em 22 anos; e o 2º menor índice de homicídios já registrado pelo ISP. **G1**, Rio de Janeiro, 22 jun. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/06/22/rj-tem-maior-numero-de-mortes-por-policiais-em-22-anos-e-o-2o-menor-indice-de-homicidios-ja-registrado-pelo-isp.ghtml>. Acesso em: 22 set. 2021.

---

exclusiva<sup>4</sup>, o G1 mostra que o início de 2020 foi até então o ano com maior número de mortes praticadas por policiais desde 1998.

Em 2019, dados do ISP nos mostram que 78% dos mortos em ações policiais no RJ foram pretos e pardos. Das 1.814 mortes realizadas por agentes policiais no RJ, 1.423 eram pessoas pretas ou pardas<sup>5</sup> (Rodrigues; Coelho, 2020).

### **E a mídia? Narrativa, mídia hegemônica e contra-hegemônica**

É importante localizarmos a comunicação como uma ciência e como construtora de realidades para entendermos a forma como ela opera e sua contribuição na criação e manutenção de estereótipos, nesse trabalho, especificamente sobre o povo negro. Além disso, acredito que a mídia é capaz de pautar determinados temas na sociedade, a medida em que ela os aborda e de que forma ela os aborda.

Muniz Sodré, um dos mais conceituados estudiosos no campo da comunicação no Brasil, em seu livro *Antropológica do espelho*(2002) situa a comunicação como a ciência da atualidade. Seguindo a mesma lógica, Sodré publicou em 2014 o livro *A ciência do comum - Notas para um método comunicacional*. No estudo, ele busca demonstrar o entendimento da comunicação como uma ciência multidisciplinar e como campo epistemológico. Sodré acredita então que a comunicação não é mera transmissora de informação, ela tem em seu sentido principal a ideia de partilha.

Para Stuart Hall, que trabalha a partir de uma perspectiva construtivista do discurso, em que o mesmo é fruto de uma construção social, aquilo que é construído socialmente com o apoio direto da mídia vira o real e o discurso por sua vez naturaliza, regula condutas, inventa ou constrói identidades e subjetividades. O discurso tem impacto no efeito. A visão de Hall é a de que a mídia produz muitos efeitos na sociedade. É um tipo de poder que se exerce na administração da visibilidade pública.

A mídia forma então uma “agenda coletiva” (Sodré, 2017, p. 26), estruturando e reestruturando percepções e cognições. A partir dessa ideia da mídia temos a percepção de que os temas de interesse da sociedade são os que estão sendo discutidos e estão

---

<sup>4</sup> Ibid.

<sup>5</sup> RODRIGUES, Matheus; COELHO, Henrique. Pretos e pardos são 78% dos mortos em ações policiais no RJ em 2019: 'É o negro que sofre essa insegurança', diz mãe de Ágatha. **G1**, Rio de Janeiro, 6 jun. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/06/06/pretos-e-pardos-sao-78percent-dos-mortos-em-acoes-policiais-no-rj-em-2019-e-o-negro-que-sofre-essa-inseguranca-diz-mae-de-agatha.ghtml>. Acesso em: 23 set. 2021.

---

aparecendo na mídia. Devemos então nos indagar: e quando a grande mídia simplesmente não pauta determinados assuntos? O genocídio da população negra é um dos assuntos quase nunca pautados pela mídia hegemônica. Quando ele aparece é de uma forma superficial, não demonstrando os fatores estruturais e institucionais que têm levado a sociedade brasileira a essa situação.

Destarte, as grandes instituições midiáticas, ao operarem alinhadas com a ideologia financeira neoliberal e contribuírem para espalhar e para a manutenção desse pensamento no mundo, constituem e ao mesmo tempo asseguram o pensamento hegemônico. São por isso, chamadas de mídias hegemônicas, em contraposição com as mídias contra-hegemônicas, que como o próprio nome entrega, atuam de forma a construir outros tipos de pensamento, geralmente ligados aos movimentos sociais. Neste trabalho é explorado o sentido de hegemonia como o entendido pelo filósofo italiano Antonio Gramsci. Através do pensamento de Gramsci, busco estabelecer a relação entre hegemonia, as batalhas pela conquista do poder e qual o papel da comunicação e da mídia nessa configuração. Para o autor, a hegemonia não é coercitiva mas sim conquistada através de um jogo de consenso e dissenso. Ela é composta pelos aspectos político, ideológico e cultural. Essas forças coexistem, juntamente com outras determinantes como a produção da fantasia, a arte, a religião, a filosofia e a ciência. Elas se articulam à política e à economia para a produção de um pensamento determinante e dominante (Paiva, 2002 *apud* Góes, 2007). Esse conjunto de práticas forma “[...] um senso de realidade para a maioria das pessoas na sociedade, uma cultura que tem também de ser considerada como o domínio e subordinação vividos de determinadas classes” (Williams, 1999 *apud* Góes, 2007, p. 2).

A grande mídia é um dos mecanismos para a construção e manutenção do pensamento hegemônico, de acordo com os interesses do mercado. No Brasil, o mercado não tem interesse nas práticas sociais nem na ideia de construção de uma sociedade antirracista. Assim, o pensamento hegemônico é alinhado à sociedade racista em que vivemos. Como um dispositivo que coopera, contribui e trabalha de forma a construir e sustentar o pensamento hegemônico e neoliberal, a mídia tradicional é também racista. Para Muniz Sodré (2015) uma questão a ser pensada sobre as relações étnico-raciais na mídia consiste no que o autor denomina como racismo midiático, que é sustentado por fatores como a negação; o recalcamento; a estigmatização e a indiferença profissional.

---

Segundo Sodré, “nenhuma verdadeira política antirracista pode implantar-se num sistema discursivo como o dessa grande mídia”. (Sodré, 2015, p. 280).

A partir das reflexões de Sodré sobre a mídia, construção de discursos, realidades e estereótipos, é urgente e necessária a existência de outros tipos de mídias. A mídia tradicional negligência a temática de extermínio que vem acontecendo contra os negros o que acaba por retroalimentar e validar o genocídio – uma vez que ao não ser falado na mídia acaba não sendo pautado como tema para a discussão na sociedade – fazendo com que ele continue acontecendo.

No âmbito da comunicação, existem diversas definições para as iniciativas contra-hegemônicas. Segundo Gramsci, elas são o desenvolvimento de “[...] batalhas permanentes por uma comunicação plural e não oligopolizada, no quadro geral das lutas por outra hegemonia, fundada na justiça social e na diversidade.” (Moraes, 2010, p. 75). Para Denis Moraes, as práticas jornalísticas com sentido contra-hegemônico são uma contestação “[...] às formas de dominação impostas por classes e instituições hegemônicas, ao mesmo tempo em que priorizam temáticas relacionadas aos direitos da cidadania e à justiça social.” (Moraes, 2013, p. 102). Para Gramsci, as ações contra-hegemônicas são “[...] ‘instrumentos para criar uma nova forma ético-política’ [...]” (Gramsci, 2000, p. 314-315 *apud* Moraes, 2013, p. 104). “A contra-hegemonia institui o contraditório no que até então parecia uníssono e estável”. (Moraes, 2013, p. 106).

No presente trabalho utilizamos o veículo Alma Preta Jornalismo como um representante da mídia contra-hegemônica por ele ser especializado na temática racial, segundo apresentação em seu site<sup>6</sup>. Criado em 2015 como um coletivo de universitários e comunicadores negros, o veículo é hoje uma referência na mídia antirracista. A política editorial do Alma Preta é abertamente antirracista e tem feito a diferença em um jornalismo que historicamente retrata o povo preto como animalesco e passível de todos os tipos de violência.

---

<sup>6</sup> ALMA PRETA. Quem somos. **Alma Preta: jornalismo preto e livre**, São Paulo, [2022]. Disponível em: <https://almapreta.com.br/quem-somos>. Acesso em: 29 set. 2022.

---

## Principais resultados alcançados na pesquisa

A pesquisa analisou como foram construídas as narrativas sobre o assassinato de Ágatha Felix, 8 anos, morta no colo de sua mãe quando tentava voltar para casa vindo de um passeio, dentro de uma kombi. Os veículos analisados foram o Jornal Extra e o Alma Preta Jornalismo, ambos em suas versões digitais.

A cobertura jornalística realizada no Jornal Extra nesse período é composta por dez textos, entre notícias e reportagens. O Jornal Extra é um veículo integrante do Infoglobo, que se intitula como o maior conglomerado de mídia e comunicação do Brasil. É integrante portanto da chamada mídia hegemônica.

A construção do discurso do Jornal Extra sobre a morte de Ághata caminhou no sentido de mostrar e provar que ela era uma inocente, que não merecia morrer e que era uma criança cheia de sonhos. Nos dez textos produzidos pelo Jornal Extra, o termo *inocente* foi repetido dez vezes. Ágatha era uma criança, mas não qualquer criança, ela era uma criança inocente, com um futuro, inteligente, que estudava em escola particular. Moradora de favela, mas diferenciada. O trabalho discursivo realizado em torno do assassinato de Ághata pelo Jornal Extra é uma forma de defender a própria vítima, mostrando que a culpa da morte não foi dela, já que ela não era traficante ou bandida. Assim, faz com que a ação do Estado seja considerada um fracasso, já que atingiu uma criança inocente. Constrói-se então a ideia da interrupção de sonhos, de uma trajetória. Fica o questionamento: como ficam os que não tem sonhos? Os a quem não é permitido nem ao menos sonhar?

A construção discursiva e o esforço para que Ághata fosse vista como uma personagem com a qual as pessoas se reconheçam é necessário porque crianças negras são figuras com as quais geralmente a população não se identifica e não se importa. O genocídio sobre o qual tanto falamos, e que é um dos focos dessa pesquisa, também é uma realidade entre as crianças negras.

A análise simbólica/metapragmática – aquela que vai além do que está escrito expressamente no texto – nos diz que Ághata não merecia o que aconteceu com ela, pelo perfil que foi desenvolvido para a menina. Dessa forma vai se construindo no imaginário do leitor que é só esse tipo de morte que deve chocar.

Da mesma forma, foi construída pelo Jornal Extra a narrativa sobre o despreparo policial. Toda a narrativa contada pelo veículo sobre o Caso Ághata é forjada no discurso

---

do despreparo da polícia. É possível considerar despreparo ações que se repetem diariamente nas favelas e periferias de todo o Brasil? As ações de violência e brutalidade fazem parte do cotidiano de milhares de pessoas, principalmente dos negros e periféricos, e não são pontos isolados como a narrativa do veículo em análise e da mídia hegemônica em geral reproduzem. A violência policial que mata corpos pretos é um padrão institucional e um plano de ação. Não se trata de despreparo, pelo contrário, as polícias, em especial a militar, são preparadas para a brutalização e o extermínio.

Juliana Farias (2007) fundamenta seu trabalho em relação à atuação do Estado em favelas referindo-se especificamente à ação das polícias nesses locais. Para a autora, os moradores de favelas cariocas experimentam a “cidadania de geometria variável”, conceito criado por Bruno Lautier (1997). Nesse contexto, a atuação do Estado para com os cidadãos difere de acordo com as condições econômicas, políticas e sociais dos mesmos. Sendo assim, a cidadania é uma cidadania de situação, que não contempla todos os cidadãos da mesma forma. Nas favelas e periferias, a ausência, ou a escassez de recursos ou ações positivas é o projeto voltado para esses territórios. A ideia é que o papel do Estado nesses lugares é exatamente o que é desempenhado

Outro resultado alcançado na pesquisa foi a constatação de que o Jornal Extra ignorou o recorte racial em sua cobertura. Durante toda a narrativa construída pelo Jornal Extra, a questão racial por detrás do assassinato de Ágatha e de outras pessoas e crianças que também são retratadas na trama não aparece como um tema debatido ou defendido pelo veículo por meio dos autores dos textos. Ela aparece fundamentalmente por meio de falas de fontes que são entrevistadas, algumas que inclusive não quiseram se identificar.

Da mesma forma que o recorte racial foi ignorado e ainda dentro da mesma problemática está a temática do genocídio das crianças negras. Ágatha e todas as cinco crianças assassinadas pelo Estado e citadas pela cobertura do Jornal Extra durante o período selecionado eram negras. A família de Ágatha que apareceu na narrativa era negra. As fontes que foram identificadas eram negras – a mãe do menino Kauan Peixoto, Luciana Pimenta e Marinete Martins Machado, avó de Paulo Henrique – de 13 anos, assassinado a tiros quando saía para comprar pão. Mesmo diante de tantas pessoas negras que aparecem ao longo da cobertura, o veículo simplesmente ignorou a cor dessas pessoas. Sendo assim, o genocídio da população negra fica apenas no campo da

interpretação do leitor, pois não foi falado nem trabalhado de forma alguma durante a narrativa.

A raça dos jornalistas que foram os autores dos textos analisados é algo em que devemos prestar atenção. Os dez textos analisados no período selecionado foram escritos por seis jornalistas: Diego Amorim, Letícia Gasparini, Lucas Altino, Rafael Soares, Camila Zarur e Giselle Ouchana. Todos são brancos. O silenciamento sobre a motivação racial por trás do assassinato de Ágatha Felix não é uma questão individual, nem é responsabilidade exclusiva dos profissionais autores dos textos. Mesmo assim, o fato de a cobertura do caso não ter tido nenhum jornalista negro precisa ser salientado. O fato pode ser um indício de que o racismo institucional está presente no veículo, na formação de sua equipe.

Se o Jornal Extra estabeleceu a narrativa sobre o assassinato de Aghata Felix baseando-se na criação de uma personagem que marcava a menina como uma criança inocente, estudiosa, cheia de planos e que por isso não deveria morrer, o Alma Preta Jornalismo estabeleceu seu foco no contexto em que Agatha foi morta. O veículo publicou quatro textos nesse intervalo de tempo que tinham relação com o assassinato de Ágatha Felix.

O Alma Preta Jornalismo se apresenta como uma mídia radical, definida como “[...] uma agência de jornalismo especializada na temática racial” (Alma Preta, [2022], n. p.). O veículo tem como objetivo “[...] construir um novo formato de gestão de processos, pessoas e recursos através do jornalismo qualificado e independente.” (Alma Preta, [2022], n. p.). Como missão, em seu texto de apresentação, aparece:

Nossa missão é informar a sociedade a partir da perspectiva racial negra e periférica, e responder aos anseios desse público com notícias multimídia. Nós assumimos o caráter político de valorização do conhecimento e da cultura negra, assim como a tarefa de exigir direitos e questionar o Estado em todas as dimensões da vida cotidiana. (Alma Preta, [2022], n. p.).

A equipe do Alma Preta é majoritariamente composta por profissionais negros. Todos os textos publicados pelo Alma Preta acerca do assassinato de Ágatha Felix possuem um viés de contextualização no sentido de mostrar para o leitor que o assassinato da menina de oito anos, em uma favela do Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro é parte de uma política de Estado. Os textos adentram em temas como: a participação de movimentos sociais (que não apenas os movimentos negros) em protestos contra o assassinato de Aghata, a política de extermínio que existe por parte do Estado.

## Considerações finais

A análise se centrou em pesquisar como foram construídas as narrativas de ambos os veículos e através daí, entender se existiu diferença entre a cobertura realizada por um veículo da mídia hegemônica – o Jornal Extra – e um da mídia contra-hegemônica – o Alma Preta Jornalismo. O objetivo era pesquisar se um veículo da mídia hegemônica havia pautado o tema do genocídio do povo negro na cobertura do assassinato de Ághata, ou se ele havia sido tratado como mais um caso, dentre tantos, em que um corpo negro é morto, na situação que por muitas vezes é chamada como bala perdida. Da mesma forma, busquei também analisar se um veículo da mídia contra-hegemônica teria trabalhado a questão de forma contextualizada em relação ao genocídio do povo negro.

Ao analisar os dez textos que compuseram a narrativa sobre o assassinato de Ághata produzidos pelo Jornal Extra pude confirmar que o Jornal não pautou em sua cobertura o genocídio da população negra. O pacto da branquitude (Bento, 2022) se faz presente em todas as áreas da sociedade, inclusive na mídia.

Ficou explicitado também na pesquisa que o Jornal Extra trabalhou com a ideia de despreparo da polícia como forma de justificar o assassinato de Ághata e de outros também chamados de inocentes nas favelas e periferias do Rio de Janeiro e do Brasil. Por meio do trabalho de Juliana Farias (2007) fundamentei a ideia de que a polícia não é despreparada, mas a forma de atuação da corporação nas favelas contra os pretos e pobres é a violência, muitas vezes desproporcional. Essa forma de atuação inclusive varia de acordo com os lugares que acontecem. Para a autora, a atuação do Estado para com os cidadãos difere de acordo com as condições econômicas, políticas e sociais dos mesmos. Sendo assim, a cidadania é uma cidadania de situação, que não contempla todos os cidadãos da mesma forma. Dessa maneira, a ideia é que o papel do Estado nesses lugares é exatamente o que é desempenhado, não se tratando de despreparo, mas de uma estratégia de ação.

Assim, por meio da pesquisa pude confirmar, como já acreditava no início da minha jornada nessa investigação, que o Jornal Extra não tratou sobre o assunto do genocídio do povo negro, ou nesse caso, da infância negra, ao longo de sua cobertura. A cobertura do jornal foi realizada de forma a não naturalizar a morte de Ághata pois em todos os textos era perceptível o absurdo que é uma menina ter sido morta com um tiro

de fuzil nas costas, no colo de sua mãe. Mas a ideia de absurdo foi construída a partir da história de vida individual de Ághata, como uma boa filha, estudiosa, que tinha sonhos. O absurdo foi em ter sido morta uma criança em uma (dita) operação policial, não em a polícia entrar nas favelas atirando, não no fato da guerra às drogas só acontecerem nos lugares em que inclusive não existe produção de drogas, não no fato de pessoas negras são as que mais morrem vítimas do Estado.

Procurava também compreender se existia outro tipo de construção possível de narrativa em caso da morte de uma pessoa negra. Para isso, escolhi o Alma Preta Jornalismo, site de notícias da agência Alma Preta. Localizei o Alma Preta Jornalismo como um veículo da mídia contra-hegemônica, já que ele se declara como um veículo abertamente antirracista, que se propõe a oferecer pautas que tenham a temática racial como foco. Pude constatar que a cobertura do Alma Preta foi realizada de uma maneira totalmente diferente daquela realizada pelo Jornal Extra e dessa forma pude comprovar e estabelecer um contraponto entre os dois veículos, não pensando nos veículos em si apenas, mas em cada um deles como um representante dos interesses da mídia hegemônica e da mídia contra-hegemônica. O Alma Preta Jornalismo pautou não apenas o genocídio do povo negro, mas a necropolítica, a agência dos movimentos negros em relação ao caso e o contexto de extermínio e desrespeito que a população negra (principalmente a pobre) é submetida.

### Referências bibliográficas

ALMA PRETA. Quem somos. **Alma Preta: jornalismo preto e livre**, São Paulo, [2022]. Disponível em: <https://almapreta.com.br/quem-somos>. Acesso em: 29 set. 2022.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

CERQUEIRA Daniel; BUENO, Samira (coord.). Atlas da violência 2020. Brasília, DF: IPEA, 2020. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/08/atlas-da-violencia-2020.pdf>. Acesso em: 20 out. 2020.

CRIANÇAS e adolescentes negras de até 14 anos morrem 3,6 vezes mais por armas de fogo do que crianças brancas, revela estudo do Instituto Sou da Paz. **Instituto Sou da Paz**. São Paulo, 19 nov. 2021. Disponível em: <https://soudapaz.org/noticias/criancas-e-adolescentes-negras-de-ate-14-anos-morrem-36-vezes-mais-por-armas-de-fogo-do-que-criancas-brancas-revela-estudo-do-instituto-sou-da-paz/>. Acesso em: 21 mar. 2023.

RODRIGUEZ, Dylan. O genocídio racial/racial-colonial e a lógica de evisceração: radicalismo negro como resposta prática e guia teórico. In: FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro; VARGAS, João Helion Costa (org.), **Motim**: horizontes do genocídio antinegro na diáspora. Brasília, DF: Brado Negro, 2017. p. 11-35.

FARIAS, Juliana. Quando a exceção vira regra: os favelados como população “matável” e sua luta por sobrevivência. **Teoria & Sociedade**, Belo Horizonte, n. 15.2, p. 138-171, jul./dez. 2007. Disponível em: [https://www.academia.edu/753568/QUANDO\\_A\\_EXCE%C3%87%C3%83O\\_VIRA\\_REGRA\\_OS\\_FAVELADOS\\_COMO\\_POPULA%C3%87%C3%83O\\_MAT%C3%81VEL\\_E\\_SUA\\_LUTA\\_POR\\_SOBREVIV%C3%8ANCIA](https://www.academia.edu/753568/QUANDO_A_EXCE%C3%87%C3%83O_VIRA_REGRA_OS_FAVELADOS_COMO_POPULA%C3%87%C3%83O_MAT%C3%81VEL_E_SUA_LUTA_POR_SOBREVIV%C3%8ANCIA). Acesso em: 15 nov. 2022.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GÓES, Laércio Torres de. Contra-hegemonia e internet: Gramsci e a mídia alternativa dos movimentos sociais na web. CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO DA REGIÃO NORDESTE, 9., 2007, Salvador. **Anais** [...]. São Paulo: Intercom, 2007. p. 1-15. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2007/resumos/r0364-1.pdf>. Acesso em: 10 out. 2022.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. *In*: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Educação anti-racista**: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 39-62. Disponível em [http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib\\_volume2\\_educacao\\_anti\\_racista\\_caminhos\\_abertos\\_pela\\_lei\\_federa\\_l\\_10639\\_2003.pdf](http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_volume2_educacao_anti_racista_caminhos_abertos_pela_lei_federa_l_10639_2003.pdf). Acesso em: 15 jul. 2022.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: Saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Brasília, DF: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HALL, Stuart. Raça, o significante flutuante. **Revista Z Cultural**, Rio de Janeiro, ano 8, n. 2, 2013. Disponível em: <http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/raca-o-significante-flutuante%EF%80%AA/>. Acesso em: 10 out. 2022.

MORAES, Denis de. Agências alternativas em rede e democratização da informação na América Latina. *In*: MORAES, Denis de (org.). **Mídia, poder e contrapoder**: da concentração monopólica à democratização da informação. São Paulo: Boitempo, 2013. *E-book*. p. 102-142.

MOTTA, Luiz Gonzaga. A análise pragmática da narrativa jornalística. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 28., 2005, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. São Paulo: Intercom, 2005. p. 1-16. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/105768052842738740828590501726523142462.pdf>. Acesso em: 19 maio 2022.

MUNANGA, Kabengele. Nosso racismo é um crime perfeito: entrevista com Kabengele Munanga. **Fundação Perseu Abramo**. São Paulo, 2010. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/2010/09/08/nosso-racismo-e-um-crime-perfeito-entrevista-com-kabengele-munanga/>. Acesso em: 17 mar. 2022.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

PINHO, Osmundo. **Cativeiro**: antinegitude e ancestralidade. Salvador: Segundo Selo, 2021.

RODRIGUES, Matheus. RJ tem maior número de mortes por policiais em 22 anos; e o 2º menor índice de homicídios já registrado pelo ISP. **G1**, Rio de Janeiro, 22 jun. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/06/22/rj-tem-maior-numero-de-mortes-por-policiais-em-22-anos-e-o-2o-menor-indice-de-homicidios-ja-registrado-pelo-isp.ghtml>. Acesso em: 22 set

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

SODRÉ, Muniz. **A ciência do comum: notas para o método comunicacional**. 1. reimpr. Petrópolis: Vozes, 2017.

SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros: identidade, povo, mídia e cotas no Brasil**. 3. ed., atual. e ampl. Petrópolis: Vozes, 2015.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. São Paulo: n-1 edições, 2020.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MBEMBE, Achille. **Políticas da inimizade**. São Paulo: n-1 edições, 2020.

SOUSA, Igor Thiago Silva de; CRUZ, Denise Ferreira da Costa. O Brasil diante do afropessimismo de Frank Wilderson III. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 65, n. 3, p. 1-5, 2022. DOI: <https://doi.org/10.11606/1678-9857.ra.2022.202292>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ra/a/GwTCdrDMhcXZg9F38XZ8nHL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 fev. 2023.

VIANNA, Adriana; FARIAS, Juliana. A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. **Cadernos Pagu, Campinas**, n. 37, p. 79-116, jul./dez. 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332011000200004>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/VL8rMW8kJGpHgxBZwWt9bMt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 2 nov. 2022.